

LIBRAS LINK – APLICATIVO DE ACESSIBILIDADE JURÍDICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Eva Cláudia Barbosa Lima*¹, Keila Samara Oliveira Pereira¹, Rodrigo Lins de Oliveira Zeed¹,
Anderson de Araújo Neves¹.

¹ Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia, Brasil

*Autor correspondente: evaclusdia@gmail.com

A exclusão digital e comunicacional de pessoas com deficiência auditiva no meio jurídico é um problema crítico que impacta tanto o acesso à Justiça quanto a atuação profissional de advogados e estudantes de Direito com deficiência. A ausência de ferramentas adequadas e acessíveis para a comunicação em ambientes jurídicos resulta em um cenário de desigualdade que prejudica não apenas a cidadania dessas pessoas, mas também limita suas oportunidades de desenvolvimento profissional. Este trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento e a estrutura funcional do aplicativo “Libras Link”, uma iniciativa que visa a inclusão de pessoas com deficiência auditiva no meio jurídico. A necessidade de um sistema jurídico inclusivo e acessível é inegável. A exclusão digital não apenas restringe o exercício da cidadania, mas também impede que as pessoas com deficiência auditiva alcancem seu pleno potencial no mercado de trabalho. No contexto jurídico, essa exclusão pode se manifestar em diversas formas, como a dificuldade em compreender processos, participar de audiências ou até mesmo acessar informações básicas sobre seus direitos. Assim, a proposta do aplicativo “Libras Link” se apresenta como uma solução viável para superar as barreiras existentes, promovendo inclusão e equidade no setor jurídico brasileiro. Os objetivos específicos do “Libras Link” são fundamentais para garantir sua eficácia. Primeiramente, o aplicativo visa desenvolver uma funcionalidade que traduza em tempo real documentos e falas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Isso permitirá que pessoas com deficiência auditiva compreendam melhor os conteúdos legais e participem ativamente de discussões jurídicas. Em segundo lugar, o aplicativo permitirá a conversão de texto em áudio, áudio para Libras e Libras em áudio, utilizando um assistente virtual jurídico operado por inteligência artificial. Essa tecnologia proporcionará uma interação mais dinâmica e eficiente entre os usuários e o sistema jurídico. Além

disso, o “Libras Link” será integrado com práticas jurídicas reais, como audiências, atendimentos e leitura de documentos. Essa integração é crucial para assegurar que o aplicativo não seja apenas uma ferramenta isolada, mas sim parte integrante do cotidiano jurídico. A metodologia utilizada neste projeto envolverá uma análise demográfica baseada em dados do IBGE, que indicam a existência de cerca de 3,2 milhões de brasileiros com deficiência auditiva. Serão realizadas pesquisas de mercado para identificar soluções assistivas já existentes e entrevistas com operadores do Direito com deficiência para entender suas necessidades específicas. O levantamento dos requisitos funcionais será feito em parceria com especialistas em inclusão digital, garantindo que o aplicativo atenda às demandas reais dos usuários. O desenvolvimento do protótipo do “Libras Link” utilizará tecnologias avançadas como inteligência artificial e visão computacional. Além disso, o aplicativo será integrado a plataformas já adotadas pelo Poder Judiciário, como PJe (Processo Judicial Eletrônico), SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado) e CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A interface do aplicativo será intuitiva e acessível para usuários com variados níveis de familiaridade tecnológica, incluindo um módulo educativo para capacitar os usuários sobre suas funcionalidades. Os resultados preliminares indicam a viabilidade técnico-econômica do projeto. O modelo de negócios prevê uma assinatura mensal acessível ao público-alvo, estimada em R\$ 24,90, com um crescimento esperado de 5% ao mês. Esse valor cobre os custos fixos mensais relacionados à infraestrutura necessária, incluindo servidores, equipe de desenvolvimento, suporte técnico e estratégias de marketing. A proposta do aplicativo “Libras Link” se destaca como uma inovação relevante no campo da justiça social. Ao romper as barreiras comunicacionais que historicamente têm excluído pessoas com deficiência auditiva do acesso à justiça, o projeto vislumbra uma Justiça mais inclusiva e alinhada aos princípios constitucionais de igualdade, dignidade e acessibilidade. Essa iniciativa não apenas promove a inclusão social das pessoas com deficiência auditiva no meio jurídico, mas também representa um passo significativo na democratização do acesso à Justiça no Brasil. Por fim, espera-se que o “Libras Link” inspire outras iniciativas voltadas para a inclusão digital e comunicacional em diversos setores da sociedade, contribuindo para um futuro onde todos tenham igualdade de oportunidades e possam exercer plenamente seus direitos como cidadãos. A construção desse ambiente mais justo e acessível depende da colaboração entre tecnologia, legislação e sociedade civil para garantir que ninguém seja deixado para trás na busca por justiça.



Palavras-Chaves: Inclusão. Acessibilidade. Direito assistivo. Tecnologia jurídica. Libras.